

# Aviso de Contratação 4/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	990062-ESP-CTO.REG.ADMINIST.DE CAMPINAS	VANIA APARECIDA FOLSTER BETIM	18/11/2024 12:09 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		017.00257963/2024-34

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPINAS**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2024**

**(Processo Administrativo n.º 017.00257963/2024-34)**

Torna-se público que o Centro Regional de Administração de Campinas, por meio do Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**Data da sessão:** 25/11/2024

**Horário da Fase de Lances:** 10h00 às 16h00

**Link:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Critério de Julgamento:** menor preço

- 1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de itens elétricos, hidráulicos e materiais para construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
- 1.1.1. Sendo estabelecido na documentação que compõe este Aviso que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item, será facultado ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

## 3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991;

4.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.5)

deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente.

4.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5) que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.5) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário relativo ao item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de 0,5% (meio por cento).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, considerando que o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração

conforme documentação anexada a este Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. Sicaf;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.5. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Além das disposições acima, a análise de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

6.10.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, aquele que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe este Aviso), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

6.10.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do

valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência da Administração, facultando ao fornecedor comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.10.3. Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostras na documentação que integra este Aviso como Anexo considerando o objeto do procedimento, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do fornecedor classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Aviso.

6.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02(dois) dias, sob pena de inabilitação (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Caso a documentação que compõe este Aviso estabeleça que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item e exigências de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativas, o fornecedor provisoriamente vencedor quanto a um item, que estiver competindo em relação a outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativamente, isto é, somando as exigências concernentes ao item em que venceu com aquelas que se referem ao item em que estiver competindo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.7.1. Não havendo a comprovação dos requisitos de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativos, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada seja suficiente para a habilitação do fornecedor quanto ao(s) remanescente(s).

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.11. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

## 8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

## 9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

## 10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.

10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.4 deste Aviso.

10.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Aviso como Anexo;

10.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.5);

10.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do fornecedor no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP,

conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

10.1.6. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.1.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02(dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

10.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

10.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

10.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

## 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) Advertência pela falta do item 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa por qualquer das infrações dos itens 11.1.1 a 11.1.12, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos itens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de



Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

- 12.1.1. No caso da alínea “b” da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.
- 12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.
- 12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: [nsicampinas@fazenda.sp.gov.br](mailto:nsicampinas@fazenda.sp.gov.br).
- 12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico <https://sei.sp.gov.br>.
- 12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.
- 12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 12.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 12.13.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 12.13.2. ANEXO II – Modelo referente à planilha de proposta
- 12.13.3. ANEXO III – Modelo(s) de Declaração(ões)
- 12.13.4. ANEXO IV – Planilha orçamentária

Campinas, na data das assinaturas eletrônicas.

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VANIA APARECIDA FOLSTER BETIM**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 18/11/2024 às 08:50:02.*

**NADIAEL DA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 18/11/2024 às 10:00:44.*

**DEBORA VICENTIN MORETTIN**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/11/2024 às 11:00:12.*

**RICHARD JAMES FUZINATTO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 18/11/2024 às 12:03:38.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 11\_2024\_publicado.pdf (194.99 KB)
- Anexo II - Modelo - Planilha de Proposta.pdf (113.29 KB)
- Anexo III - Modelo de Declaracao.pdf (178.71 KB)
- Anexo IV - Planilha Orcamentaria.pdf (191.78 KB)

**Anexo I - Termo de Referencia 11\_2024\_publicado.pdf**

Termo de Referência 11/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	990062-ESP-CTO.REG.ADMINIST.DE CAMPINAS	VANIA APARECIDA FOLSTER BETIM	14/11/2024 15:28 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		017.00257963/2024-34

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens de consumo (elétricos, hidráulicos e materiais para construção), nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Materiais elétricos:

Item	Especificação	CATMAT		Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
		Compras.gov	BEC				
1	Peça de Reposição para Ventilador; Dimmer Rotativo para Ventiladores; Bivolt 127/224v, Capacidade de 300w.	290211	4340701	Unidade	5	R\$ 48,00	R\$ 240,00
2	Plug; Tipo Macho, 3 Pinos; 2 Polos + Terra; Bivolt; 10A; Preto; Com Liga de Cobre.	421483	6200613	Unidade	10	R\$ 4,32	R\$ 43,20
	Cabo Elétrico; de Cobre, Certificado Inmetro, Nbr Nm 247-3 ;encordamento Classe 4; Secção Nominal Condutor 2,5						

3	mm2 Diametro Condutor 1,9 Mm; Espessura de Isolação 0,8 Mm; Bwf/b; Isolacao Pvc/a 750 V, 70 Graus Celsius, Sem Cobertura; Tipo Flexível; Na Cor Azul.	346882	5853265	Rolo 100 metros	1	R\$ 159,00	R\$ 159,00
4	Cabo Elétrico; de Cobre, Têmpera Mole; Com Secção de 2,5 Mm2; Capa Termoplástico Anti-chama; Tensão de Isolamento 750 V; Cabo Tipo Flexível, Encordoamento Classe 5; Na Cor Verde; e Normas Nbr Nm 247-3 e Nbr Nm 280.	428655	4761863	Rolo 100 metros	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
5	Fita Isolante; Adesivo; Em Pvc; Auto Extinguível; Cor Preta; Largura: 19 Mm; Espessura: 0,18 Mm; Temperatura: para Instalações até 750 V; Norma Técnica: Nbr/abnt 60454-3-1.	335817	6066143	Rolo 20 metros	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
6	Luminária Autônoma de Emergência; Montado Em Corpo de ABS; Com Bateria lítio recarregável, 3,7 Volts, 1.6 Ah; Com 30 lâmpadas Led; Com autonomia de 3 Horas (na Potência Máxima) 7 Horas (na Potência Mínima); Com Potência de 2w; Fluxo Luminoso de 720 Lm Aproximadamente; Temperatura de Cor 6500k; Com Tensão de Entrada de 127v /220v - Bivolt Automática; Fator de Potência Superior a 80%; Grau de Proteção Ip55; e Frequência de 50hz- 60hz; Medindo Aproximadamente 210 Mm x 75 Mm x 55 Mm (largura x Altura x Profundidade); Na Cor Branca; Normalização Cabos e Plugues Em Conformidade Com a Portaria 136/201 Inmetro; Nbr 14136/2012 Nbr 10898: 1999.	449993	3918882	Unidade	10	R\$ 78,49	R\$ 784,90
7	Sensor de Presença de Teto; para Atender Uma Tensão de 127/220v - Bivolt, Fixação Articulado de Sobrepor; Com Potência Mínima de Aproximadamente(valores Baseados Em Lâmpadas Incandescentes) 600w - 127vca/ 1100w - 220vca; Devendo o Aparelho Estar Habilitado para Qualquer Tipo de Lampada; Com ângulo mínimo de Cobertura de 180°; Com Raio de Alcance mínimo de 5 m de Diâmetro e Desligamento Automático Após Tempo Pré Determinado; Devendo o Aparelho Ser Entregue Com Garantia Mínima de 12 Meses.	486109	4514971	Unidade	5	R\$ 73,11	R\$ 365,55
	Lâmpada Tubular LED; Bulbo T-5; Base						

8	G5; Comprimento de 1150mm, Diâmetro de 20mm; Potência de 18w; Tensão 100 a 240 V; Tipo Superled; Fluxo Luminoso mínimo de 1600lm; Temperatura de Cor 6500k Branco Frio; ângulo de Abertura mínimo de 330 Graus; Fator de Potência mínimo de 0,92; Irc mínima de 80; Vida útil Min. 25000 H.	437981	5522730	Unidade	50	R\$ 19,89	R\$ 994,50
9	Lâmpada Tubular LED; Bulbo T-5; Base G-5; Comprimento de Aproximadamente 550mm; Potência Entre 8 e 10w; Bivolt, Com Drive Interno; LED Tipo Smd; Fluxo Luminoso mínimo de 900lm; Temperatura de Cor Entre 6.000 e 6.500 k; ângulo de Abertura de 140 a 160 Graus; Fator de Potência mínimo de 0,94; Irc mínimo de 80; Vida útil mínima de 20.000 Horas; Conforme Normas Abtn /nbr e Inmetro Vigentes.	469641	5177103	Unidade	70	R\$ 23,74	R\$ 1.661,80
10	Lâmpada LED; Corpo Em Policabornato Com Bulbo Leitoso Na Cor Branca; Formato T; Dimensoes: 138mm (d) x 246mm (a) aproximadamente; Base E27; Potência de 50w; Fluxo Luminoso Mínimo de 4.000 Lumens; Bivolt Com Driver Incorporado; Vida útil mínima de 25000 Horas; Temperatura de Cor de 6000 a 6500k (branco Frio); Fator de Potência de no Mínimo 0,9; Ângulo de Abertura mínimo de 150 Graus; Irc Mínimo 80; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes.	439278	6036678	Unidade	30	R\$ 27,00	R\$ 810,00
11	Lâmpada LED; Corpo Em Plástico; Bulbo No Formato A60; Medindo No Maximo (65x125)mm; Base E-27; Potencia de 12 a 14w; Com Fluxo Luminoso Minimo de 1100 a 1600 Lumens; Bivolt (100-240v), Frequencia de 50-60hz; Vida Util Minima de 25000 Horas; Temperatura Da Cor Minima de 5000k a 6500k (branco Frio); Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,7; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes.	446036	4869001	Unidade	10	R\$ 9,995	R\$ 99,95
12	Terminal para Condutor Elétrico; Tipo Garfo; para Cabo Flexível 2,5mm²; Forquilha; de Cobre Estanhado; Com Acabamento Estanhado.	446216	3293300	Unidade	50	R\$ 0,40	R\$ 20,00
13	Terminal Isolado; Em Cobre Estanhado, Reforcado Com Luva de Cobre Estanhado; Tipo Pino Tubular Duplo	435919	6231233	Unidade	50	R\$ 0,6150	R\$ 30,75



	(ilhos); para Condutor Com Seção Nominal de 2,5 Mm²; Isolacao Na Cor Azul, Em PVC.						
14	Terminal Isolado; Em Cobre Estanhado, Pré-isolado Com Reforço; Tipo Olhal, Pré-isolado Em Pvc; para Cabos Com Bitola de 0,25 a 1,0 Mm2 (22-16 Awg), fixacao Com Diâmetro de 4mm; Isolação Na Cor Vermelho, Em Pvc; Conforme Normas Vigentes.	415660	6416977	Unidade	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
15	Terminal Isolado; Em Cobre Estanhado, Pré-isolado Com Reforço; Tipo Olhal, Pré-isolado, Pvc; para Cabos Com Bitola de 1 a 2,5mm (16-14 Awg), Fixacao Com Diâmetro de 6mm; Isolação Na Cor Azul, Em Pvc; Conforme Normas Vigentes.	429683	6416942	Unidade	50	R\$ 0,58	R\$ 29,00
16	Terminal Isolado; de Cobre Estanhado, Com Luva de Reforço Em Cobre; Tipo Olhal; Bitola 16-14awg; Diâmetro do Furo 10mm; Isolação Na Cor Azul.	426953	6055877	Unidade	50	R\$ 6,50	R\$ 325,00
17	Soquete para Lâmpada; Incandescente de 250v; Material Interno: Metal Condutor; Revestido Em Porcelana; Rosca; Redondo; Base E-27; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes.	402154	6255795	Unidade	10	R\$ 3,03	R\$ 30,30
18	Soquete para Lâmpada; Fluorescente; Corpo Em Policarbonato e Rotor Em Pbt (polibutileosno de Tereftalato); Contatos Em Liga de Cobre; 2a / 500v, Temperatura Máxima de 140 Graus; Base G-5; Conforme Normas Nbr/abnt e Legislação Vigentes.	402128	6329373	Unidade	10	R\$ 2,21	R\$ 22,10
	Conjunto - Equipamento Elétrico Com Espelho; 2 Interruptores Simples; Em Termoplástico; No Formato Retangular; Interruptores 10 a - 250 v - Compativel						

19	Com a Linha Liz - Tramontina; Na Cor Branca; Com Espelho Em Termoplastico; Formato 4" x 2"; Com 2 Furos, Dispostos Na Horizontal; Na Cor Branca; Conforme Certificação Compulsória do Inmetro e Conforme Certificação Compulsoria do Inmetro e Asnbr's Nm 60884-1 e Nbr 14136.	601463	5991676	Unidade	10	R\$ 17,10	R\$ 171,00
20	Peça de reposição Tomadas e Interruptores Elétrico; Módulo Interruptor Bipolar Simples 10A 250v; Siemens; Linha Ilus Modular - Código: 5ta9 9002; Na Cor Branca.	483582	4810376	Unidade	10	R\$ 18,385	R\$ 183,85
21	Peça de reposição Tomadas e Interruptores Elétrico; Tomada Sistema x Padrao 2p+t 10a/250v; 3 Pinos (2p+t); Cor Branca; Ref. 675060 - Pial; Nbr14136; 10a 250v,cor Branca.	460971	6460283	Unidade	5	R\$ 15,88	R\$ 79,40
22	Canaleta; Sistema X, Confeccionada Em Termoplástico Autoextinguível; No Formato Retangular; Nas Dimensões de (110 x 20)mm; Com Comprimento de 2000mm; Na Cor Branca; Com 03 Compartimentos Internos; Com Tampa Removível; Será Utilizada Em Passagem de Fios, Cabos Eletricos e de Telefonia; de Acordo Com As Normas Nbr Iec 61084, Nbr 5410, Nbr 14565.	608938	6275907	Unidade	2	R\$ 12,74	R\$ 25,48
23	Solda; de Estanho 63% e Chumbo 37%; Espessura de 1,00 Mm; para Soldagens de Componentes Eletroeletrônicos.	274298	4661400	Tubo 25gr	5	R\$ 15,06	R\$ 75,30
24	Lâmpada Tubular LED; Bulbo T-8; Base Bipino G13; Comprimento de 1200mm, Diâmetro de 30mm; 18w; 85v a 300v; No Mínimo 150 Leds; Tipo Smd; Fluxo Luminoso de 1500lm; Temperatura de Cor de 4000 a 5000k (branco Neutro); Angulo de Feixe de Luz Mínimo de 120 Graus; Fator de Potencia Maior Ou Igual a 0,90; Irc Maior Ou Igual a 0,90; Vida Útil Mínima de 20000 Horas; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes.	469644	4696026	Unidade	40	R\$ 10,50	R\$ 420,00
	Canaleta; Em PVC Auto Extinguível;						

25	Formato Retangular; Com Tampa Arredondada Nas Laterais, Tampa Reta No Centro Da Canaleta; Fechada; Nas Dimensoes 20 x 10 Mm; Minicanal; Com Comprimento de 2 Metros; Na Cor Branca; Sem Divisória; Fita Adesiva de Alto Poder de Fixação; Será Utilizada Em Passagem de Cabos de Dados, Voz e Energia; de Acordo Com As Normas Nbr /abnt Vigentes; Com Recorte Fechado e Encaixe Frontal do Tipo Mola.	389689	5695589	Barra 2 metros	5	R\$ 26,00	R\$ 130,00
26	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 V; No Tamanho Pequena (AA); Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90; Não recarregável.	341044	5071046	Embalagem 4 unid.	25	R\$ 14,00	R\$ 350,00
27	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 v; No Tamanho Palito AAA), Com Prazo de Validade Mínimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04 /11/2008; Norma Abnt e 11175/90; Não recarregável.	419860	4280610	Embalagem 4 unid.	50	R\$ 9,50	R\$ 475,00

**Materiais hidráulicos:**

Item	Especificação	CATMAT		Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
		Compras.gov	BEC				
1	Peça de Reposição para Filtro; Marca IBBL FR 600; Elemento Filtrante Interno Código 24010002,refil "Girou Trocou"; 1º Etapa Microfibra Polipropileno; 2º Carvão Ativado Com Prata Coloidal; 3º Microfibra Polipropileno; Dimensões Aproximadas Com Embalagem 229 x 65.8 x 65.8 mm.	458284	3831469	Unidade	30	R\$ 69,99	R\$ 2.099,70
2	Torneira Automática; Com Fechamento Automático; Acionamento com Pressão Manual; Liga de Cobre (bronze e latão), Plásticos de Engenharia, Elastômeros Antivandalismo; Cromado; Bica Baixa, Dimensões (AxLxC)= 122mm x 46mm x 155mm, Aproximadamente; Fixação Pia / Mesa; Bitola Da Entrada de água: 1/2" - Dn15; Com Pressão Min/max: 2 - 40 Mca; Utilização em Lavatório; Garantia	429933	6169155	Unidade	3	R\$ 99,56	R\$ 298,68

	de 10 Anos; Com Vazão Na Pressão Min e Max: 5 e 8 L/min, Jato Tipo Aerado; Nbr13713.						
3	Sifão de polipropileno; Acabamento Natural; do Tipo Flexível e Ajustável; para Lavatório, Cuba Ou Tanque; Com Bitola de Entrada 1", 1 1/4" e 1 1/2", Saída Dn 38, Dn 40, Dn 48 e Dn 50, Extensível (37 a 85 Cm); Devendo Ser Entregue Com Bucha de Redução;	251761	2325659	Unidade	10	R\$ 25,80	R\$ 258,00
4	Tubo; de Metal; Diâmetro Nominal de 40mm (1.1/2"); Comprimento de 25 Cm; para Ligação de Vaso Sanitário, Com guarnição, Anel e Canopla; Cromado; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes.	481322	5139619	Unidade	5	R\$ 79,00	R\$ 395,00
5	Vedação para saída de Vaso Sanitário; Tipo <b>Espude</b> Sanfonado, para vedação entre o Tubo de Ligacao e a Bacia Sanitária; Em Plástico, Na Cor Branca; para Tubulação Com Bitola de 1.1/2 Polegada (40 mm).	395408	5440971	Unidade	5	R\$ 5,20	R\$ 26,00
6	Bolsa de Ligação para Vaso Sanitário; de PVC; Na Bitola de 100 x 120 mm aproximadamente; para Ser Utilizado Como Adaptador para a Saída de Vaso Sanitário.	411070	3916715	Unidade	5	R\$ 3,90	R\$ 19,50
7	Anel de Vedação; de Borracha; Com Diâmetro de 38 mm; para Ser Utilizado em PVC rígido;	483472	6125760	Unidade	20	R\$ 5,99	R\$ 119,80
8	Ligação Flexível; de Liga de Cobre, Plástico de Engenharia e elastômeros; Medindo 1,20m; para Instalação hidráulica de <b>Ducha Higiênica</b> ; Com Acabamento Cromado; Utilizada para água Fria; Atendendo Pressões Baixa e Alta; Com Bitola de 1/2"; Devendo Ser Entregue Com Canopla de Acabamento.	601275	2061694	Unidade	5	R\$ 58,00	R\$ 290,00
	Válvula de Escoamento Conforme Nbr						

9	15423; Em Latão; Com Revestimento Eletrolítico; Diâmetro Da Rosca 7/8"; Diâmetro Da Superfície de Espelho 3 1/2"; para Pia de Cozinha.	456130	2539373	Unidade	20	R\$ 52,97	R\$ 1.059,40
10	Válvula para Lavatório; de Latão Cromado; do Tipo Longa; Sem Ladrão; Com Rosca de Diâmetro 1 1/2"; para Instalações Prediais de água Fria, Conforme Nbr 1146.	295004	375322	Unidade	20	R\$ 39,16	R\$ 783,20
11	Torneira; de Liga de Metal; Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Haste de Metal Com 1/4 de Volta; Bica do Tipo Fixa, Com Rosca de Saída de 3/4"; Fixação Em Parede; Com Encaixe de 1/2", Com Adaptador para 3/4"; Bitola Da Saída de 1/2"; Utilizada Em Jardim; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Nbr/ABNT Vigentes.	384647	5056721	Unidade	2	R\$ 22,67	R\$ 45,34
12	Torneira; de Metal; Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Esfera, Com Alavanca Antivandalismo; Bica do Tipo Rosqueável para Mangueira; Fixação Na Parede; Com Encaixe Rosqueável de 1/2"; Bitola Da Saída de 1/2", Com Bucha de Redução de 3/4" para 1/2"; Utilizada Em Jardim; Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Conforme Normas Nbr/ABNT Vigentes.	384646	4618416	Unidade	2	R\$ 18,57	R\$ 37,14
13	Registro de Esfera; Confeccionado Em Metal; Diâmetro de 1/2"; Rosca Interna; Acionado Por Alavanca, 1/4 de Volta; para Ar/água; Normas ABNT e Vigentes.	468593	6376401	Unidade	4	R\$ 38,50	R\$ 154,00
14	Cotovelo para Tubulação; PVC, 90 Graus; Azul; Diam 20mm x 1/2; Extremidades para Solda de Encaixe e Roscada Bsp, bucha de Latão; Norma ABNT / Nbr Vigentes.	333414	6477178	Unidade	2	R\$ 3,94	R\$ 7,88
15	Cotovelo para Tubulação; Em PVC; Na Cor Azul; Diâmetro de 40mm x 3/4"; Soldável, Com Bucha de Latão; Conforme Normas Nbr/ABNT Vigentes.	242741	5870593	Unidade	2	R\$ 3,39	R\$ 6,78

16	Adesivo Instantâneo; a base de Solventes Clorados, Resinas e Aditivos; Transparente; Apresentação Na Forma Líquida; Colagem Por Capilaridade; para Superfícies Plásticas e Acrílico.	265158	5975255	Frasco 1 litro	1	R\$ 36,65	R\$ 36,65

**Materiais para construção:**

Item	Especificação	CATMAT		Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
		Compras.gov	BEC				
1	Peça de Reposição Fechadura Residencial; Marca <b>Lockwell</b> ; Referência do Fabricante 4141n - para Divisórias; Fabricada em Latão; 02 Chaves Compatíveis Com o Modelo; Maçaneta Tubular -chave/botão (gitar); Espelho Circular; Cromado.	236559	2124556	Unidade	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00
2	Cimento Portland de Alto Forno (CP III); Aglomerante Hidraul.composto de Mistura Homogênea de Clínquer Portland e Escoria Gran. de Alto Forno; Com Resistencia de 40 Mpa; C/faixa de % Em Peso de Clinquer+sulf. de Calcio de 25% a 65%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; C/ Teor de Escoria Gran. de Alto Forno Na Faixa de 35% a 70%; Com Faixa de Teor de Material Carbonatico de 0% a 5%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 4,5%; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insolúvel Menor Ou Igual a 1,5%; Com Limite de Porcentagem de Trióxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 3%; Com Limite de Expansibilidade a Quente/frio Menor Ou Igual a 5 Mm; C/ Tempo de Inicio/fim de Pega, Respectivamente Maior Ou Igual a 1 Hora/menor Ou Igual a 10 Hs; Com Limite de Residuo Na Peneira 75 Milimicra Menor Ou Igual a 8%; Normatizacao Conforme Nbr 5735, Mb-858, Eb-208, Etc; C/limite de Resist. aos 3/7/28 Dias, Respetivamente Maior Ou Igual a 12 Mpa/23 Mpa/40 Mpa.	238764	74268	Saco 50kg	3	R\$ 38,00	R\$ 114,00
3	Areia; Média Fina nº 50; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C/limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia	216954	4925181	Metro cúbico	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00

	Será Fornecida C/nome do Produtor, vol. ap., lpt; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio.						
4	Pedra Britada; Agregado Graúdo; Pontagudo; Que Passa Pela Peneira Malha 25 mm e Fica Retida Na Malha 12,5 Mm Nos Percentuais Da Nm 248; Peneira Utilizada Serie Intermediaria; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio; Conforme Nbr 7211 e Nm 248.	601214	3784428	Metro cúbico	1	R\$ 198,53	R\$ 198,53
6	Argamassa; Mistura de Cimento, Agregados Minerais e Aditivosquimicos; para áreas Internas e Externas; Na Cor Cinza, Argamassa Colante, Aditivada, Tipo AC III E; Acondicionado Em Embalagem Apropriada.	315173	5412641	Saco 20kg	12	R\$ 31,00	R\$ 372,00
7	Rejunte; de Cimento Portland, Agregados Minerais, Pigmentos Inorganicos, Polimeros e Aditivos; do Tipo II, Resinado, Siliconado, Antimofo e Acabamento Superfino, para Juntas de 1 a 10mm; Na Cor Cinza Cimento; para áreas Interna e Externa; Embalado Em Saco Plástico; Conforme Norma Nbr/abnt 14.992.	405156	5644640	Saco 1kg	30	R\$ 10,30	R\$ 309,00
8	Arame; Recozido, Trancado (2 Fios); Número 18 Bwg; Com Diâmetro de 1,25 mm, Conforme Nbr 5589.	452807	2870894	Quilograma	4	R\$ 18,00	R\$ 72,00
9	Fundo Selador; Tipo Fundo Preparador para Parede; Base água; para Uso Interno e Externo; Composição Em Resina à Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Acrílico e Aditivos Especiais, Baixo Odor; Cor Incolor; Indicado para Superfícies de Concreto Ou Alvenaria; Conforme Normas Nbr/abnt Vingentes.	453732	6374360	Galão 18 litros	1	R\$ 180,00	R\$ 180,00
10	Aditivo para Argamassa; a Base de Resinas Naturais; Tipo Plastificante; para Argamassa de Cimento e Areia; Utilizada Em Assentamento e Revestimento de Alvenaria; para Aumento Da Aderência, Coesão e Impermeabilidade, Controle da exsudação e fissuração.	428225	2441870	Frasco 1 litro	5	R\$ 22,10	R\$ 110,50
	Impermeabilizante; Tipo <b>Manta Líquida</b> Elástica Flexível Sem Emendas;						

11	Composto de Cimento Asfáltico de Petróleo, Polímeros, Água, Cargas Minerais, Aditivos e Inibidores de Bactérias; Apresentado Na Forma Pastosa, Disperso Em Meio Aquoso, Na Cor Preta; para Aplicação Em Lajes Cobertura, Calhas,muro de Arrimo, Baldrame,marquises, Terraços e Telhados; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto.	390022	4799119	Balde 18 litros	12	R\$ 296,67	R\$ 3.560,04
12	Bucha para Parafuso; de Nylon para Parafuso; Tamanho S8 (8mm); Cor Cinza; Sem Anel; Conforme Normas Vigentes.	249218	6460429	Unidade	500	R\$ 0,13	R\$ 65,00
13	Parafuso Com Rosca Soberba; de Aço Com Acabamento Superficial Zincado; Com Comprimento de 50mm, Com Diâmetro Nominal de 4,8mm; Cabeça Com Fenda Cruzada (Phillips) Tipo Panela, Indicado para Bucha S8.	472604	5796385	Unidade	500	R\$ 0,90	R\$ 450,00
14	Bucha para Parafuso; de Bucha para Parafuso de Nylon, para Universal Tipoux; Diâmetro de 6 Mm (ux 6); Na Cor Cinza; Sem Anel; Conforme Normas Vigentes.	249217	6107508	Unidade	500	R\$ 0,40	R\$ 200,00
15	Bucha para Parafuso; de De Nylon; 5 x 25mm; Na Cor Cinza; Sem Anel; Conforme Legislação Atual Vigente.	214346	6050069	Unidade	500	R\$ 0,17	R\$ 85,00
16	Abraçadeira de Nylon; Largura: 5 mm; Altura: 2 mm; Comprimento: 260 mm; Cor: Branca.	214629	6002471	Unidade	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
	Vedante de Tubulação; Utilizado para Vedação de Rosca de Tubos e Conexões Roscadas Metálicas e Plásticas, para água Quente Ou Fria; Composto de 100% a Base de Resina Ptfé						



17	(politetrafluoretilenonao Sinterizado) Na Cor Branca; Com Densidade de 0,30 G /cm³; Com Ponto de Fulgor > 93 °c (> 199.4 °f); de Acordo Com a Abnt/nbr 16368 e Vigentes; do Tipo Fita Medindo 18mm de Largura e 0,07mm de Espessura; Acondicionado Em Carretel Com 50 Metros.	615103	6006000	Rolo 50 metros	5	R\$ 11,0712	R\$ 55,36
18	Arame; Galvanizado; Numero 14 Bwg; Com Diâmetro de 2,10 mm.	471741	2978750	Quilograma	3	R\$ 22,32	R\$ 66,96
19	Bucha para Parafuso; de Nylon, Tipo Convencional A; 10 Mm; Cinza; Com Anel (aba); Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes.	239119	6124143	Cento	5	R\$ 20,37	R\$ 101,85
20	Selante de Silicone; Tipo Acético, Resistente à Ação de Agentes Climáticos; Raios UV e Variações de Temperatura (-30°C a 120°C), Elastômero Monocomponente; Composição à Base de Silicone Com Sistema Reticulante Acético Com Fungicida; Incolor; para Colagem e Vedação de Esquadrias e Box de Alumínio, Vedações de Pia, Sifões e Telhas; Vulcaniza à Temperatura Ambiente, Permanecendo Flexível; Validade Mínima de 12 Meses a Partir Da Data de Recebimento; Fornecido em Tubo.	328521	4042204	Tubo 280gr	15	R\$ 19,80	R\$ 297,00
21	Fita Dupla Face; Adesivo Acrílico Transparente, de Forte Adesão à Superfície e Resistente a Solventes; Medindo 19mm de Largura, 1,0mm de Espessura e <b>20m de Comprimento</b> ; Com Liner de Polietileno Verde; para Fixação de Canaletas e Objetos Transparentes (acrílicos, Vidros, Placas de Identificação);	438375	4128796	Rolo 20 metros	4	R\$ 57,00	R\$ 228,00
22	Manta Impermeabilizante à base de Asfalto Modificado; Com Polímeros Elastoméricos (el); Com Estrutura de Não Tecido de Filamentos de Poliester, Tipo III; <b>Acabamento em Alumínio Na Face Exposta</b> ; Com 40cm de Largura, Espessura de 4mm; C/ Absorcao Max. de 1,5%; Com Flexibilidade a Bx. Temp.de -5 °c (minima); Com Ponto de Amolecimento Entre o Calor Minimo de 95°C.	440472	5472318	Rolo 10 metros	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15(quinze) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, tendo em vista a não obrigatoriedade, conforme artigo único da disposição transitória do Decreto Estadual nº 67.689.2023.

## **3. Descrição da solução como um todo**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15(quinze) dias, contados da data de emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

- 5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Dr. Alberto Sarmiento, nº 4 - 5º Andar - Bonfim - Campinas/SP - CEP: 13070-901.
- 5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um) ano.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).
- 6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à

liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SicaF.

## Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

## Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

#### Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

#### Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.6. A consulta ao cadastro especificado na alínea "d" da subdivisão anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não

Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.9. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicafe, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subseqüentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.23. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.24. **Produtor rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

- 8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.29. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.32. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.33. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;
- 8.36. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.36.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

### **Outras comprovações**

- 8.37. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 8.38. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 8.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.38.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.38.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.38.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;
- 8.38.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.38.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. Estimativas do valor da contratação**

**Valor (R\$):** 22.187,39

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 22.187,39 (vinte e dois mil, cento e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 990062 Centro Regional de Administração de Campinas;

II) Fonte de Recursos: 150.010.001;

III) Programa de Trabalho: 04.122.2030.5023.0000;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.30;

V) Plano Interno: 200719.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Campinas, na data das assinaturas eletrônicas.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VANIA APARECIDA FOLSTER BETIM**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 13:14:03.

**NADIAEL DA SILVA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 13:17:51.

**DEBORA VICENTIN MORETTIN**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 15:21:46.*

**RICHARD JAMES FUZINATTO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 14/11/2024 às 15:26:53.*

## **Anexo II - Modelo - Planilha de Proposta.pdf**

# Identificação da Empresa

## ANEXO II

### MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO OFERTADO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3				R\$	R\$

Mês de referência dos preços: NOVEMBRO/2024

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 90004/2024, Processo nº 017.00257963/2024-34, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## **Anexo III - Modelo de Declaracao.pdf**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 90004/2024, Processo nº 017.00257963/2024-34, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

- a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
- b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## **Anexo IV - Planilha Orcamentaria.pdf**



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Fazenda e Planejamento  
DAR-CRA-NSI - Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura Campinas

ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

MATERIAIS ELÉTRICOS				Empresa1		Empresa2		Empresa3		Empresa4		Empresa5		Mediana	Total
DESCRIÇÃO	CATMAT	UF	Qtde	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total		
Dimmer Rotativo	290211	Unidade	5	R\$ 48,00	R\$ 240,00	R\$ 21,50	R\$ 107,50	R\$ 65,00	R\$ 325,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 48,000	R\$ 240,00
Plug; Tipo Macho	421483	Unidade	10	R\$ 4,20	R\$ 42,00	R\$ 4,44	R\$ 44,40	R\$ 3,90	R\$ 39,00	R\$ 6,50	R\$ 65,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,320	R\$ 43,20
Cabo Elétrico 2,5mm	346882	Rolo 100 metros	1	R\$ 159,00	R\$ 158,00	R\$ 159,00	R\$ 159,00	R\$ 159,00	R\$ 159,00	R\$ 159,40	R\$ 159,40	R\$ -	R\$ -	R\$ 159,00	R\$ 159,00
Cabo Elétrico, classe 5	428655	Rolo 100 metros	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00	R\$ 119,00	R\$ 119,00	R\$ 269,00	R\$ 269,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 160,00	R\$ 160,00
Fita Isolante	335817	Rolo 20 metros	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00	R\$ 3,80	R\$ 38,00	R\$ 4,74	R\$ 47,40	R\$ -	R\$ -	R\$ 7,03	R\$ 70,30	R\$ 6,00	R\$ 60,00
Luminária Autônoma de Emergência	449993	Unidade	10	R\$ 13,68	R\$ 136,80	R\$ 67,91	R\$ 679,10	R\$ 78,49	R\$ 784,90	R\$ 144,00	R\$ 1.440,00	R\$ 169,90	R\$ 1.699,00	R\$ 78,49	R\$ 784,90
Sensor de Presença	486109	Unidade	5	R\$ 49,90	R\$ 249,50	R\$ 150,00	R\$ 750,00	R\$ 48,76	R\$ 243,80	R\$ 173,63	R\$ 868,15	R\$ 73,11	R\$ 365,55	R\$ 73,11	R\$ 365,55
Lâmpada Tubular LED; Bulbo T-5, 1150mm	437981	Unidade	50	R\$ 19,89	R\$ 994,50	R\$ 46,46	R\$ 2.323,00	R\$ 15,70	R\$ 785,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 19,89	R\$ 994,50
Lâmpada Tubular LED; Bulbo T-5; Base G-5, 550mm	469641	Unidade	70	R\$ 26,48	R\$ 1.853,60	R\$ 96,38	R\$ 6.746,60	R\$ 21,00	R\$ 1.470,00	R\$ 11,90	R\$ 833,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 23,74	R\$ 1.661,80
Lâmpada LED, E27	439278	Unidade	30	R\$ 38,00	R\$ 1.140,00	R\$ 25,90	R\$ 777,00	R\$ 16,95	R\$ 508,50	R\$ 29,00	R\$ 870,00	R\$ 27,00	R\$ 810,00	R\$ 27,00	R\$ 810,00
Lâmpada LED, E27, A60	446036	Unidade	10	R\$ 8,90	R\$ 89,00	R\$ 10,00	R\$ 100,00	R\$ 10,20	R\$ 102,00	R\$ 4,25	R\$ 42,50	R\$ 9,99	R\$ 99,90	R\$ 9,9950	R\$ 99,95
Terminal forquilha 2,5mm	446216	Unidade	50	R\$ 0,50	R\$ 25,00	R\$ 0,40	R\$ 20,00	R\$ 0,38	R\$ 19,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,40	R\$ 20,00
Terminal tubular 2,5mm	435919	Unidade	50	R\$ 0,57	R\$ 28,50	R\$ 3,85	R\$ 192,50	R\$ 0,36	R\$ 18,00	R\$ 0,66	R\$ 33,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,6150	R\$ 30,75



Terminal tubular 4mm	415660	Unidade	50	R\$ 1,10	R\$ 55,00	R\$ 0,35	R\$ 17,50	R\$ 1,00	R\$ 50,00	R\$ 1,00	R\$ 50,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,00	R\$ 50,00
Terminal tubular 6mm	429683	Unidade	50	R\$ 0,30	R\$ 15,00	R\$ 0,86	R\$ 43,00	R\$ 0,30	R\$ 15,00	R\$ 0,99	R\$ 49,50	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,58	R\$ 29,00
Terminal tubular 10mm	426953	Unidade	50	R\$ 9,50	R\$ 475,00	R\$ 6,50	R\$ 325,00	R\$ 6,49	R\$ 324,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,50	R\$ 325,00
Soquete p/ E27	402154	Unidade	10	R\$ 3,03	R\$ 30,30	R\$ 7,00	R\$ 70,00	R\$ 6,85	R\$ 68,50	R\$ 2,95	R\$ 29,50	R\$ 2,37	R\$ 23,70	R\$ 3,03	R\$ 30,30
Soquete p/ T5	402128	Unidade	10	R\$ 3,00	R\$ 30,00	R\$ 1,10	R\$ 11,00	R\$ 2,08	R\$ 20,80	R\$ 2,34	R\$ 23,40	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,21	R\$ 22,10
Conjunto 2 interruptores	601463	Unidade	10	R\$ 16,20	R\$ 162,00	R\$ 24,99	R\$ 249,90	R\$ 14,10	R\$ 141,00	R\$ 17,55	R\$ 175,50	R\$ 17,10	R\$ 171,00	R\$ 17,10	R\$ 171,00
Conjunto 1 interruptor	483582	Unidade	10	R\$ 16,90	R\$ 169,00	R\$ 15,90	R\$ 159,00	R\$ 19,87	R\$ 198,70	R\$ 22,50	R\$ 225,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,385	R\$ 183,85
Tomada sistema X	460971	Unidade	5	R\$ 19,90	R\$ 99,50	R\$ 11,60	R\$ 58,00	R\$ 15,88	R\$ 79,40	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15,88	R\$ 79,40
Canaleta sistema X	608938	Unidade	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00	R\$ 12,74	R\$ 25,48	R\$ 9,90	R\$ 19,80	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 12,74	R\$ 25,48
Solda à base de estanho	274298	Tubo 25gr	5	R\$ 21,00	R\$ 105,00	R\$ 15,06	R\$ 75,30	R\$ 9,80	R\$ 49,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15,06	R\$ 75,30
Lâmpada LED T8	469644	Unidade	40	R\$ 6,70	R\$ 268,00	R\$ 11,78	R\$ 471,20	R\$ 10,50	R\$ 420,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10,50	R\$ 420,00
Canaleta c/ fita adesiva	389689	Barra 2 metros	5	R\$ 19,00	R\$ 95,00	R\$ 26,00	R\$ 130,00	R\$ 28,64	R\$ 143,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 26,00	R\$ 130,00
Pilha AA	341044	Embalagem 4 unid.	25	R\$ 17,00	R\$ 425,00	R\$ 12,80	R\$ 320,00	R\$ 14,00	R\$ 350,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 14,00	R\$ 350,00
Pilha AAA	419860	Embalagem 4 unid.	50	R\$ 9,79	R\$ 489,50	R\$ 8,00	R\$ 400,00	R\$ 9,49	R\$ 474,50	R\$ 9,50	R\$ 475,00	R\$ 12,80	R\$ 640,00	R\$ 9,50	R\$ 475,00

MATERIAIS HIDRÁULICOS				Empresa1		Empresa2		Empresa3		Empresa4		Empresa5			
DESCRIÇÃO	CATMAT	UF	Qtde	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Mediana	Total
Filtro para Purificador IBBL	458284	Unidade	30	R\$ 62,99	R\$ 1.889,70	R\$ 69,99	R\$ 2.099,70	R\$ 120,90	R\$ 3.627,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 69,990	R\$ 2.099,70
Torneira automática	429933	Unidade	3	R\$ 88,48	R\$ 265,44	R\$ 117,40	R\$ 352,20	R\$ 102,22	R\$ 306,66	R\$ 120,7150	R\$ 362,15	R\$ 87,49	R\$ 262,47	R\$ 99,560	R\$ 298,68
Sifão	251761	Unidade	10	R\$ 16,94	R\$ 169,40	R\$ 25,80	R\$ 258,00	R\$ 28,90	R\$ 289,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 25,80	R\$ 258,00
Tubo p/ ligação vaso sanitário	481322	Unidade	5	R\$ 121,00	R\$ 605,00	R\$ 78,09	R\$ 390,45	R\$ 79,00	R\$ 395,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 79,00	R\$ 395,00

Vedação- Espude	395408	Unidade	5	R\$ 7,44	R\$ 37,20	R\$ 5,05	R\$ 25,25	R\$ 5,20	R\$ 26,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 5,20	R\$ 26,00
Bolsa de ligação	411070	Unidade	5	R\$ 3,90	R\$ 19,50	R\$ 2,77	R\$ -	R\$ 5,18	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3,90	R\$ 19,50
Anel de vedação	483472	Unidade	20	R\$ 8,87	R\$ 177,40	R\$ 5,99	R\$ 119,80	R\$ 4,44	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 5,99	R\$ 119,80
Ducha higiênica	601275	Unidade	5	R\$ 92,55	R\$ 462,75	R\$ 15,00	R\$ 75,00	R\$ 58,00	R\$ 290,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 58,00	R\$ 290,00
Válvula de escoamento	456130	Unidade	20	R\$ 52,97	R\$ 1.059,40	R\$ 30,00	R\$ 600,00	R\$ 79,62	R\$ 1.592,40	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 52,97	R\$ 1.059,40
Válvula para lavatório	295004	Unidade	20	R\$ 91,17	R\$ 1.823,40	R\$ 39,16	R\$ 783,20	R\$ 30,00	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 39,16	R\$ 783,20
Torneira 3/4"	384647	Unidade	2	R\$ 16,21	R\$ 32,42	R\$ 22,67	R\$ 45,34	R\$ 23,15	R\$ 46,30	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 22,6700	R\$ 45,34
Torneira 1/2"	384646	Unidade	2	R\$ 28,88	R\$ 57,76	R\$ 18,57	R\$ 37,14	R\$ 16,98	R\$ 33,96	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,57	R\$ 37,14
Registro de esfera	468593	Unidade	4	R\$ 38,50	R\$ 154,00	R\$ 49,96	R\$ 199,84	R\$ 33,58	R\$ 134,32	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 38,5000	R\$ 154,00
Cotovelo 1/2"	333414	Unidade	2	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 4,25	R\$ 8,50	R\$ 3,94	R\$ 7,88	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3,94	R\$ 7,88
Cotovelo 3/4"	242741	Unidade	2	R\$ 5,80	R\$ 11,60	R\$ 7,30	R\$ 14,60	R\$ 2,00	R\$ 4,00	R\$ 2,00	R\$ 4,00	R\$ 3,7810	R\$ 7,56	R\$ 3,39	R\$ 6,78
Adesivo - cola instantânea	265158	Frasco 1 litro	1	R\$ 32,67	R\$ 32,67	R\$ 65,00	R\$ 65,00	R\$ 37,00	R\$ 37,00	R\$ 36,30	R\$ 36,30	R\$ -	R\$ -	R\$ 36,65	R\$ 36,65

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO				Empresa1		Empresa2		Empresa3		Empresa4		Empresa5		Mediana	Total
DESCRIÇÃO	CATMAT	UF	Qtde	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total		
Fechadura Lockwell	236559	Unidade	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00	R\$ 108,00	R\$ 324,00	R\$ 46,90	R\$ 140,70	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 70,000	R\$ 210,00
Cimento	238764	Saco 50kg	3	R\$ 32,00	R\$ 96,00	R\$ 38,00	R\$ 114,00	R\$ 38,30	R\$ 114,90	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 38,000	R\$ 114,00
Areia	216954	Metro cúbico	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00	R\$ 165,00	R\$ 330,00	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 200,00	R\$ 400,00
Pedra britada	601214	Metro cúbico	1	R\$ 135,00	R\$ 135,00	R\$ 108,53	R\$ 108,53	R\$ 217,00	R\$ 217,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 198,53	R\$ 198,53
Argamassa	315173	Saco 20kg	12	R\$ 31,00	R\$ 372,00	R\$ 37,94	R\$ 455,28	R\$ 31,00	R\$ 372,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 31,00	R\$ 372,00
Rejunte	405156	Saco 1kg	30	R\$ 9,58	R\$ 287,40	R\$ 10,30	R\$ 309,00	R\$ 28,00	R\$ 840,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10,30	R\$ 309,00

Arame recozido	452807	Quilograma	4	R\$ 18,00	R\$ 72,00	R\$ 35,96	R\$ 143,84	R\$ 16,00	R\$ 64,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 18,00	R\$ 72,00
Fundo selador	453732	Galão 18 litros	1	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 180,00	R\$ 180,00	R\$ 360,00	R\$ 360,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 180,00	R\$ 180,00
Aditivo para argamassa	428225	Frasco 1 litro	5	R\$ 128,99	R\$ 644,95	R\$ 16,00	R\$ 80,00	R\$ 22,10	R\$ 110,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 22,10	R\$ 110,50
Manta líquida asfáltica	390022	Balde 18 litros	12	R\$ 296,67	R\$ 3.560,04	R\$ 179,05	R\$ 2.148,60	R\$ 325,36	R\$ 3.904,32	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 296,67	R\$ 3.560,04
Bucha S8	249218	Unidade	500	R\$ 0,13	R\$ 65,00	R\$ 0,10	R\$ 50,00	R\$ 0,13	R\$ 65,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,1300	R\$ 65,00
Parafuso 8mm	472604	Unidade	500	R\$ 1,95	R\$ 975,00	R\$ 0,90	R\$ 450,00	R\$ 0,64	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,90	R\$ 450,00
Bucha S6	249217	Unidade	500	R\$ 0,10	R\$ 50,00	R\$ 0,40	R\$ 200,00	R\$ 0,91	R\$ 455,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,4000	R\$ 200,00
Bucha 25mm	214346	Unidade	500	R\$ 33,90	R\$ 16.950,00	R\$ 0,05	R\$ 25,00	R\$ 0,17	R\$ 85,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,17	R\$ 85,00
Abraçadeira	214629	Unidade	200	R\$ 1,28	R\$ 256,00	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00	R\$ 8,88	R\$ 1.776,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
Fita Veda rosca	615103	Rolo 50 metros	5	R\$ 11,0712	R\$ 55,36	R\$ 11,90	R\$ 59,50	R\$ 2,99	R\$ 14,95	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11,0712	R\$ 55,36
Arame galvanizado	471741	Quilograma	3	R\$ 22,32	R\$ 66,96	R\$ 25,00	R\$ 75,00	R\$ 18,87	R\$ 56,61	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 22,32	R\$ 66,96
Bucha 10mm	239119	Cento	5	R\$ 9,98	R\$ 49,90	R\$ 22,50	R\$ 112,50	R\$ 20,37	R\$ 101,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 20,37	R\$ 101,85
Selante de silicone	380750	Tubo 280gr	15	R\$ 13,20	R\$ 198,00	R\$ 19,80	R\$ 297,00	R\$ 55,00	R\$ 825,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 19,80	R\$ 297,00
Fita dupla face	438375	Rolo 20 metros	4	R\$ 16,89	R\$ 67,56	R\$ 59,00	R\$ 236,00	R\$ 57,00	R\$ 228,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 57,00	R\$ 228,00
Manta impermeabilizante	440472	Rolo 10 metros	1	R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$ 99,63	R\$ 99,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 79,00	R\$ 79,00